



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e adolescentes: uma análise teórico-normativa sobre as limitações para o acesso efetivo ao aborto legal
Autor	ELEONORA JOTZ PACHECO
Orientador	TAYSA SCHIOCCHET
Instituição	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e adolescentes: uma análise teórico-normativa sobre as limitações para o acesso efetivo ao aborto legal

Autora: Eleonora Jotz Pacheco

Orientadora: Profa. Dra. Taysa Schiocchet

Instituição de origem: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Recentemente, os adolescentes foram elevados a pleno sujeitos de direitos, devendo a eles ser garantidos todos os direitos fundamentais, inclusive direitos sexuais e reprodutivos. A história da sexualidade descrita por Foucault, porém, evidencia a gestão biopolítica sobre os corpos e a instituição de desigualdades que acabam por dificultar a materialização desses direitos, inclusive no âmbito jurídico. Neste sentido, o exercício do direito à interrupção voluntária da gestação por menores de 18 anos, nas hipóteses previstas pelo artigo 128 do Código Penal, é limitado, pois depende, em princípio, do consentimento de um adulto que se nomeie o “responsável” pela gestante. Soma-se ao limite etário outros elementos que tornam os adolescentes mais vulneráveis, como a discriminação de gênero, a qual se mostra presente em diversas instituições sociais, inclusive em hospitais e delegacias onde a mulher e menina recorrem quando em situação de violência sexual. Diante disso, cumpre identificar, descrever e analisar a normatização jurídica que envolve mulheres e adolescentes, a partir da (im)possibilidade das mesmas exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo o direito ao aborto legal. A investigação faz parte de um projeto mais amplo, desenvolvido no campo teórico e empírico pelo Grupo de Pesquisa BioTecJus do Programa de Pós Graduação em Direito da Unisinos desde 2013. Deste modo, a metodologia é composta por pesquisa bibliográfica e documental (jurisprudencial), bem como por pesquisa in loco. Esta última se dá, em parte, a partir de observação na Delegacia de Referência para Mulher e no Centro de Referência para Mulher, em Canoas. Compõem os resultados parciais a elaboração de um panorama normativo sistematizado de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas e a análise quantitativa de julgados do STF, STJ e TJRS que tratam de aborto na esfera criminal. Pelo que se pode apreender dos documentos internacionais, do texto constitucional e das normas legais e infralegais coletados, mulheres e adolescentes são sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos, sendo questionável a interdição ou omissão legislativa e/ou judicial que restrinja o exercício desses direitos. A pesquisa evidenciou um avanço significativo em relação à produção de normas e políticas públicas, todavia tratar desta temática é ainda adentrar num campo epistemológico jurídico e sanitário situado na marginalidade.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SCHIOCCHET, Taysa. **Marcos normativos dos direitos sexuais**: uma perspectiva emancipatória. In: BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. (Org.) Biodireito e gênero. Ijuí: Unijuí, 2007.

_____. **Autonomia de adolescentes e interrupção voluntária da gravidez**: um olhar sobre capacidade civil, direitos da personalidade e direitos humanos. In: ENGELMANN, Wilson; SCHIOCCHET, Taysa. Sistemas Jurídicos Contemporâneos e Constitucionalização do Direito. Curitiba: Juruá, 2013.